

1984

George Orwell

1984

Tradução
Maria João Lourenço

Prefácio
José Rodrigues dos Santos



Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.
Reprodução proibida por todos e quaisquer meios.

A presente edição segue a grafia do Novo Acordo Ortográfico
da Língua Portuguesa.

© 1949, George Orwell
© Prefácio, 2020, José Rodrigues dos Santos
Direitos para esta edição:
© 2020, Clube do Autor, S. A.
Avenida António Augusto de Aguiar, 108 - 6.º
1050-019 Lisboa, Portugal
Tel.: 21 414 93 00 / Fax: 21 414 17 21
info@clubedoautor.pt

Título original: *1984*
Autor: George Orwell
Tradução: Maria João Lourenço
Revisão: Silvina de Sousa
Paginação: Maria João Gomes,
em caracteres Revival
Impressão: Multitipo – Artes Gráficas, Lda. (Portugal)

ISBN: 978-989-724-518-3
Depósito legal: 467 062/20
1.ª edição: Março, 2020

www.clubedoautor.pt

Verdade e totalitarismo

Li pela primeira vez *1984* no ano de 1984, tinha eu vinte anos e andava na faculdade. A graça de o ler no ano do título depressa foi suplantada pelo seu conteúdo, pois quando o acabei percebi que este livro seria um dos mais importantes na minha vida intelectual. O tempo demonstrou que não me enganei.

É importante começar por estabelecer que *1984* não é um romance bem escrito, pelo menos de um ponto de vista estilístico e narrativo. A imortalidade desta obra é aliás a prova de que a grande literatura não assenta na linguagem, mesmo que evidentemente esta seja sempre relevante. A estrutura da intriga apresenta-se pouco cuidada, as personagens são bidimensionais, a linguagem é elementar, o estilo não tem particular elegância. Apesar de tudo isso, *1984* tornou-se com todo o mérito uma das grandes obras da literatura universal e uma das mais influentes do século xx. Isto só foi possível porque estamos perante um dos romances que melhor encarna a essência da atividade literária — a questão da verdade.

A verdade.

George Orwell construiu toda a sua carreira literária em torno da verdade. É de resto a forma crua, desassombrada e sobretudo corajosa como este grande escritor expressiu a verdade de um sistema totalitário, neste caso o comunista, que explica a imortalidade de *1984*. Este é um romance para lá do tempo porque é um romance que expõe uma verdade profunda sobre o problema da própria verdade. Para entender este livro, contudo, é preciso começar por compreender o contexto político e ideológico em que ele foi escrito.

A revolução bolchevique, ocorrida em 1917 no meio de uma guerra mundial que estava a provocar a morte de milhões de pessoas, criara esperanças entre muitos intelectuais socialistas de que na Rússia fora enfim instalado um regime de paz, justiça e liberdade. As palavras que chegavam de Moscovo soavam a poesia e muitos pensadores ocidentais ficaram enfeitiçados. O paraíso tinha enfim sido instalado na Terra. Tão enamorados alguns se sentiram pela promessa da redenção comunista que não resistiram à tentação de visitar esse paraíso. Foi o caso por exemplo do italiano Ignazio Silone, dos americanos Max Eastman e Eugene Lyons, dos franceses André Gide, André Malraux e Boris Souvarine, e dos austríacos Franz Borkenau e Arthur Koestler.

Quando regressaram ao Ocidente, todavia, estes intelectuais vinham horrorizados. As semelhanças entre o regime comunista e os regimes de Mussolini e sobretudo de Hitler revelaram-se demasiado chocantes para poderem ser ignoradas. André Gide escreveu em 1936 *Retour de l'URSS* a admitir que «se me enganei (sobre o comunismo) o melhor é reconhecer o mais cedo possível o meu erro» e Boris Souvarine publicou *Cauchemar en URSS* a descrever um país onde decorriam «as repressões mais implacáveis» envolvendo «corrupção, venalidade,

abuso de poder», «chuvas de sangue» e «vagas de lama», um regime opressivo onde «as vítimas não são simplesmente mortas, mas anuladas e desonradas para lá de qualquer expressão» num «interminável pesadelo» marcado por um permanente e aviltante discurso de ódio. Por seu turno, o alemão Otto Rühle, comunista próximo de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, descreveu em 1939 a Rússia como «um exemplo para o fascismo». Para ele, o «bolchevismo é uma doutrina nacionalista» e «o fascismo é uma mera cópia do bolchevismo».

Palavras destas constituíam heresia absoluta nos meios socialistas ocidentais, mas foram repetidas por sucessivos escritores comunistas que visitaram a União Soviética e que de lá saíram em estado de choque. O escritor comunista austríaco Franz Borkenau chegou mesmo a apresentar em 1939 o nacional-socialismo como «bolchevismo castanho» e o comunismo como «fascismo vermelho», enquanto o seu compatriota Arthur Koestler publicou em 1943 um romance, *Arrival and Departure*, no qual insinuou haver uma grande proximidade ideológica entre comunismo e fascismo.

Uma vez no Ocidente, muitos destes escritores sentiram-se divididos entre o dever ético de dizerem a verdade e o medo das retaliações que inevitavelmente iriam sofrer por parte dos seus amigos socialistas por fazerem tal coisa, pois os comunistas ocidentais, que não conheciam a realidade em primeira mão e ansiavam avidamente por acreditar no messianismo redentor do regime instalado em Moscovo, consideravam uma afronta inaceitável que se fizesse qualquer comparação entre o comunismo e o fascismo. Nenhum comunista estava disposto a ver a realidade comunista descrita como um fascismo e fazê-lo era quase considerado um crime contra a humanidade. Num contexto destes, dizer a verdade requeria enorme coragem e firme honestidade intelectual.

Nem todos os socialistas ocidentais, contudo, antagonizaram os intelectuais que visitaram a União Soviética e que cometiam o crime de expor com sinceridade o que tinham visto. É certo que George Orwell era um socialista, mas tratava-se de um socialista liberal. Acima de tudo era um homem honesto e não tinha medo da verdade. Orwell leu todas as obras dos comunistas que conheceram o «paraíso» socialista e acreditou no que eles escreveram. É verdade que, para que isso fosse possível, Orwell tinha o benefício da sua experiência em Espanha, onde durante a guerra civil ele próprio observara o sistema policial instituído pelos comunistas em Barcelona, cidade onde predominava um clima paranoico de mentiras, suspeitas e denúncias, e onde a elite comunista vivia num fausto chocante enquanto a população penava com carências de toda a ordem. O grande escritor britânico concluiu que o comunismo em ação revelava um padrão totalitário e fascizante que não podia ser acidental.

Encontra-se aí a génese de *1984*. Embora fosse uma distopia sobre o totalitarismo em geral, o romance era inspirado especificamente no totalitarismo comunista soviético, um sistema que Orwell descreveu como «uma forma de socialismo (que torna) impossível a honestidade intelectual». Não foi por acaso que, depois de terminar a leitura de um livro escrito por Eugene Lyons, um comunista americano que vivera na União Soviética, o autor de *1984* concluiu que o regime comunista «não parece ser assim tão diferente do fascismo».

O que mais chocou Orwell nos sistemas totalitários era a facilidade de os seus líderes em alterar a história segundo as conveniências do momento. Através do «*Newspeak*», ou *novilíngua*, em que por exemplo na ideologia do «Socing», ou «Socialismo inglês», «o Ministério da Paz se dedica à guerra, o Ministério da Verdade às mentiras, o Ministério do Amor à

tortura e o Ministério da Abundância à fome», o escritor explicou em *1984* que, sempre que numa ditadura totalitária a realidade desmente a doutrina, o regime totalitário resolve o problema através da simples mudança do nome que dá às coisas. As palavras, em vez de serem usadas para revelar a verdade, passaram a servir para a mascarar.

Isso mesmo fora aliás admitido por Lenine numa conversa com o Comissário da Justiça do governo bolchevique, Isaac Steinberg, membro do Partido Socialista Revolucionário. Chocado com as matanças em massa levadas a cabo pela polícia política comunista, a Cheka, Steinberg queixara-se ao *Vozd* bolchevique e argumentara que se era para aquilo não havia necessidade de um Comissário da Justiça no governo encabeçado pelos bolcheviques. «Mais vale chamar-lhe abertamente *Comissariado para o Extermínio Social* e fica tudo resolvido» (itálico no original), sugerira o responsável pela pasta da Justiça, ao que Lenine respondera: «bem dito (...) é isso exatamente o que deveria ser (...) mas não podemos dizê-lo desse modo». Ou seja, Lenine sabia muito bem que era preciso usar a retórica para mascarar a verdade, sendo que assumidamente na novilíngua do SOCING leninista a palavra «justiça» servia na realidade para dizer «extermínio social».

A palavra-chave do SOCING orwelliano era *blackwhite*, ou *negrobranco*. «Aplicada a um opositor», explica o romance de Orwell, *negrobranco* «significa o hábito de descaradamente afirmar que o negro é branco, contraditando os factos óbvios. Aplicada a um membro do Partido, significa vontade leal de dizer que o negro é branco quando a disciplina do Partido o exige. Mas significa também a capacidade de *acreditar* que o negro é branco, e mais, de *saber* que o negro é branco e de esquecer que no passado se acreditava no contrário» (itálico no original).

Por mais incrível que pareça, também esta metáfora não foi imaginada por Orwell, mas constituiu a simples reprodução de uma ideia realmente expressa por um alto dirigente comunista na União Soviética. «Um verdadeiro bolchevique expulsa imediatamente da sua mente ideias nas quais acreditou durante anos», declarou Gyorgy Pyatakov, para sublinhar que «ele está disposto a acreditar que o negro é branco e que o branco é negro se o Partido o exigir», pois o verdadeiro bolchevique tem de «abandonar a sua personalidade até que não reste nela nem uma partícula que não se funda com o Partido, que não lhe pertença».

Esta forma de raciocinar deixou Orwell estarecido. «Um Estado totalitário é na verdade uma teocracia, e a sua casta dirigente, para manter a sua posição, tem de ser vista como infalível», observou o escritor. «Mas uma vez que ninguém é infalível, é frequentemente necessário rearranjar os acontecimentos de maneira a mostrar que este ou aquele erro não foi cometido ou que este ou aquele triunfo imaginário realmente aconteceu», uma vez que «o Líder, ou uma clique no poder, controla não apenas o futuro como o passado. Se o Líder disser sobre este ou aquele acontecimento, “Nunca aconteceu” — bem, então nunca aconteceu». Ou, como concluiu uma personagem de *1984*, «o que o Partido diz que é a verdade, é a verdade. É impossível ver a realidade exceto pelos olhos do partido» (itálico no original). Há assim uma «mutabilidade do passado», em que «toda a história é palimpsesto, apagada e reescrita exatamente as vezes que forem necessárias», observou Orwell. É a necessidade religiosa de afirmar a infalibilidade do regime totalitário, seja ele comunista ou nacional-socialista, que leva os seus líderes a mudar os factos como se o mais importante não fosse a realidade, mas a ideologia.

O totalitarismo destruiu desta forma o conceito de verdade. Se a única verdade é a verdade útil, se a verdade é relativa

e não tem existência objetiva, então pura e simplesmente só há a verdade que quisermos. Consequentemente fica-se com carta branca para se inventar o que se entender. Foi assim que, por exemplo, a Alemanha ditatorial comunista se autointitulou República Democrática Alemã e o artigo 1 da Constituição comunista chinesa estabeleceu que a China é uma «ditadura democrática», desse modo esvaziando o sentido da palavra *democracia*. «Se toda a gente te mentir», disse Hannah Arendt, «a consequência não é que acreditas na mentira mas que as pessoas deixam de acreditar no que quer que seja.»

Num mundo assim os valores desmoronam-se, deixa de haver separação entre verdade e mentira, desaparece a diferença entre o bem e o mal, quem procura a verdade é considerado estúpido e ingénuo, ninguém acredita no que quer que seja porque a verdade deixa de ser importante e a falsidade útil torna-se a única coisa que interessa. «O próprio conceito de verdade objetiva está a desaparecer do mundo», constatou Orwell com grande alarme, salientando que uma das características do totalitarismo é justamente o de que «ataca o conceito de verdade objetiva». Se não há verdade e se apenas o útil é verdadeiro, qualquer mentira pode ser enunciada como verdade e qualquer verdade transformada em mentira. A proclamação do fim da verdade objetiva legitimou implicitamente o império da mentira, o que levou Orwell a lamentar nas suas anotações de preparação de *1984* «o sentimento de pesadelo causado pelo desaparecimento da verdade objetiva».

É justamente por expor a verdade profunda sobre o que é a verdade que *1984* se tornou um clássico eterno da literatura universal. «A cobardia intelectual», escreveu Orwell, «é o pior inimigo que um escritor ou um jornalista tem de enfrentar.»

PREFÁCIO

Dessa cobardia ninguém jamais o poderá acusar. A prova está nas verdades que *1984* exprime com tamanho desassombro, lucidez e coragem.

© José Rodrigues dos Santos
Janeiro, 2020

Primeira Parte

Capítulo 1

Era um dia claro e frio de abril, os relógios marcavam as treze. Winston Smith, de queixo fincado no peito, esgueirou-se por entre as portas de vidro das Victory Mansions, tentando proteger-se do vento impiedoso, mas não foi suficientemente célere para evitar que com ele entrasse também um turbilhão de pó áspero.

O átrio cheirava a couve cozida e a capachos velhos. Na parede do fundo fora afixado um cartaz colorido, demasiado grande para caber dentro de casa. Representava apenas uma cara enorme, com mais de um metro de largura: o rosto de um homem dos seus quarenta e cinco anos, com farto bigode preto e traços rudes mas atraentes. Winston encaminhou-se para as escadas. Não valia a pena tentar o elevador. Raramente funcionava, mesmo no tempo das vacas gordas, e naquela fase a eletricidade era cortada durante o dia. Fazia parte da campanha de poupança na preparação para a Semana do Ódio. O apartamento ficava no sétimo andar, e Winston, que tinha trinta e nove anos e uma úlcera varicosa mesmo acima do tornozelo

direito, subiu devagar, descansando várias vezes pelo caminho. Em cada patamar, diante da porta do elevador, o cartaz com a carantonha fitava-o da parede. Era um daqueles retratos de tal modo conseguidos que os olhos seguem todos os nossos movimentos. O GRANDE IRMÃO ESTÁ A VER-TE, dizia a legenda.

No interior do apartamento uma voz melíflua debitava uma lista de números relacionados com a produção de ferro fundido. A voz provinha de uma placa metálica retangular parecida com um espelho baço, embutido na parede direita. Winston rodou o botão e a voz diminuiu um tudo-nada, embora as palavras continuassem audíveis. O aparelho (chamava-se telecrã) podia ser regulado, mas tornava-se impossível desligá-lo por completo. Winston foi até à janela: uma figura pequena, frágil, a magreza do corpo realçada pelo fato-macaco azul que constituía o uniforme do Partido. O cabelo era muito louro, o rosto naturalmente sanguíneo, a pele arranhada pelo sabão ordinário, pelas lâminas de barba rombas e pelo frio do inverno que terminara pouco antes.

Lá fora, mesmo com a janela fechada, o mundo parecia um lugar frio. Na rua, pequenos remoinhos de vento levantavam pequenas espirais de poeira e papéis rasgados, e apesar de o sol brilhar e o céu estar de um azul berrante, dir-se-ia não haver cor em coisa alguma, a não ser nos cartazes colados por toda a parte. O homem bigodudo espiolhava do alto de cada esquina. Havia um cartaz na casa em frente. O GRANDE IRMÃO ESTÁ A VER-TE, lia-se na legenda, enquanto os olhos escuros sondavam os de Winston. Mais abaixo, ao nível da rua, outro cartaz, rasgado num dos cantos, esvoaçava ao sabor do vento, ora tapando ora destapando a palavra SOCING.

Ao longe, um helicóptero desceu rasando os telhados, pairou por instantes como uma libélula e afastou-se de repente a grande velocidade descrevendo uma curva. Era a patrulha da

polícia, espreitando pelas janelas das pessoas. Mas as patrulhas não tinham relevância. Só a Polícia do Pensamento importava.

Nas suas costas, a voz do telecrã continuava a papaguear a lengalenga acerca do ferro fundido e da superação do Nono Plano Trienal. O telecrã recebia e transmitia em simultâneo. Qualquer som que Winston fizesse acima de um ténue susurro seria captado pelo aparelho; além do mais, enquanto alguém permanecesse no campo de visão abrangido pela placa metálica, arriscava-se também a ser visto. Não havia, escusado será dizer, maneira de uma pessoa determinar se, num dado momento, estava ou não a ser vigiada. Impossível saber com que frequência, ou obedecendo a que sistema, a Polícia do Pensamento ligava para a casa deste ou daquele indivíduo. Era até concebível que observassem toda a gente ao mesmo tempo. Fosse como fosse, tinham acesso à linha telefónica de qualquer pessoa quando lhes desse na gana. Havia que viver — e vivia-se por hábito convertido em instinto — no pressuposto de que cada som estaria a ser ouvido e cada movimento vigiado, salvo quando feito no escuro.

Winston permaneceu de costas para o telecrã. Era mais seguro, embora, como ele bem sabia, até as costas pudessem ser reveladoras. A um quilómetro dali, o Ministério da Verdade, o seu local de trabalho, erguia-se, vasto e branco, sobre a paisagem pardacenta. *Isto*, pensou com uma vaga repugnância, *isto é Londres*, a cidade mais importante da Pista Um, por sua vez a terceira província mais populosa da Oceânia. Tentou desenterrar na memória uma recordação de infância que lhe dissesse se Londres sempre fora assim.

Teria existido constantemente aquele cenário povoado de casas oitocentistas destruídas, os flancos escorados por vigas de madeira, as janelas remendadas com cartão e os telhados de chapa de ferro ondulada, os decrépitos muros de jardim

ameaçando ruir sob o próprio peso? E as crateras abertas pelas bombas onde o pó do estuque rodopiava no ar e o mato crescia ao deus-dará sobre os montes de entulho, e os lugares onde as bombas haviam aberto clareiras maiores, originando sórdidas colônias de habitações de madeira que mais pareciam galinheiros? Mas era inútil, não havia maneira de se lembrar: nada restava da sua infância, tirando uma série de quadros fortemente iluminados, que se sucediam sem pano de fundo e quase sempre ininteligíveis. O Ministério da Verdade — Minivero, em novilíngua¹ — revelava-se espantosamente diferente de qualquer outro objeto visível. Formava uma gigantesca estrutura piramidal de cimento branco, atingindo, terraço sobre terraço, a altura de trezentos metros. Do sítio onde Winston se encontrava, conseguia ler, em letras elegantes gravadas na fachada, os três lemas do Partido:

GUERRA É PAZ.

LIBERDADE É ESCRAVIDÃO.

IGNORÂNCIA É FORÇA.

O Ministério da Verdade, segundo constava, albergava três mil salas acima do nível do solo, bem como outras tantas ramificações subterrâneas. Espalhados por Londres havia apenas outros três edifícios com aspeto e dimensões semelhantes. Dominavam de tal forma a arquitetura circundante que do telhado das Victory Mansions era possível avistar os quatro ao mesmo tempo. Tratava-se das sedes dos quatro Ministérios que repartiam entre si as funções governativas. O Ministério da Verdade, que se ocupava das notícias, dos divertimentos, do ensino e das belas-artes. O Ministério da Paz, que se ocupava da

¹ A língua oficial da Oceânia. Para uma análise da sua estrutura e etimologia, ver o Apêndice. (*N. da T.*)

guerra. O Ministério do Amor, que garantia a lei e a ordem. E o Ministério da Riqueza, responsável pelos assuntos económicos. Os seus nomes, em novilíngua: Minivero, Minipaz, Miniamor e Minirico.

De todos eles, o Ministério do Amor era aquele que incutia genuíno terror. Não tinha uma única janela. Winston nunca estivera no interior do edifício, nem sequer a menos de meio quilómetro. Era impossível lá entrar, a não ser em funções oficiais, e ainda assim apenas num labirinto de rolos de arame farpado, portas de aço e ninhos onde se ocultavam metralhadoras. Até as ruas que conduziam às barreiras exteriores eram patrulhadas por guardas com cara de gorila e uniforme negro, armados de bastões táticos.

Winston virou-se abruptamente. Arvorava uma expressão de tranquilo otimismo, aconselhável sempre que tinha o telecrã pela frente. Atravessou a sala e foi direito à pequena cozinha. Ao sair do Ministério àquela hora, sacrificara o almoço na cantina, e sabia que a única comida que havia em casa era um pedaço de pão escuro, que guardara para o pequeno-almoço do dia seguinte. Tirou da prateleira uma garrafa de líquido incolor com um vulgar rótulo branco no qual se lia GIN VICTORY. Tinha um cheiro enjoativo, gorduroso, parecido com o da aguardente de arroz chinesa. Winston encheu uma chávena de gim até acima, preparou-se para o choque e emborcou o gim, como se fosse uma dose de remédio.

Ato contínuo, o rosto tornou-se escarlate, e vieram-lhe as lágrimas aos olhos. A bebida sabia a ácido nítrico, e ao ingeri-la tinha-se a impressão de estar a levar uma pancada na nuca com um cacete de borracha. No instante seguinte, porém, o ardor no estômago acalmou e o mundo começou a parecer-lhe mais risonho. Tirou um cigarro do maço de CIGARROS VICTORY e segurou-o imprudentemente na vertical, fazendo o tabaco

cair ao chão. Voltou à carga, desta vez com êxito. Regressou à sala de estar e sentou-se a uma pequena mesa, à esquerda do telecrã. Da gaveta tirou uma caneta, um tinteiro e um grosso livro em branco, com a lombada vermelha e a capa de cartolina marmoreada.

Por qualquer motivo, alguém pusera o telecrã numa posição fora do comum. Em vez de estar, como seria normal, na parede do fundo, de onde podia dominar a sala inteira, tinham-no colocado na parede mais comprida, diante da janela. Num dos lados havia uma pequena reentrância onde Winston se instalara, e que, aquando da construção do edifício, se destinaria provavelmente a uma estante de livros. Sentado nessa alcova, rente à parede, Winston conseguia escapar ao alcance do telecrã, pelo menos no que respeitava à visão. Podia ser ouvido, claro, mas, desde que permanecesse naquela posição, não conseguiam vê-lo. Em parte, fora a invulgar topografia da sala que lhe sugerira o que se propunha fazer.

Verdade seja dita que a sugestão também se ficava a dever ao caderno que acabara de tirar da gaveta. Um exemplar invulgarmente bonito, por sinal. O papel macio, de cor creme, um nadinha amarelado pelo tempo, era de um tipo que não se fabricava há mais de quarenta anos. Pelas suas contas, palpitava-lhe que seria consideravelmente mais antigo. Ao vê-lo na montra de uma lúgubre e bafienta lojinha de velharias num bairro degradado da cidade (não se lembrava onde), apoderara-se imediatamente de Winston o desejo irresistível de o possuir. Os membros do Partido não estavam autorizados a frequentar lojas normais (chamava-se a isso «transacionar no mercado livre»), mas a regra não era seguida à risca, porque havia várias coisas, como atacadores e lâminas de barbear, impossíveis de obter de outra forma. Lançara uma olhadela furtiva à rua, entrara e comprara o caderninho por dois dólares e meio. Na época,

não tivera consciência de o querer para nenhum propósito em concreto. Trouxera-o para casa na pasta, às escondidas. Mesmo sem nada escrito, revelava-se um artigo comprometedor.

Winston preparava-se para iniciar um diário. O ato em si nada tinha de ilegal, uma vez que já não havia leis, mas, caso fosse descoberto, não lhe restavam grandes dúvidas de que seria punido com a morte, ou, no mínimo, condenado a vinte e cinco anos num campo de trabalhos forçados. Winston colocou o aparo na caneta e chupou-o a fim de o desengordurar. A caneta era um instrumento arcaico, raramente usado, mesmo em assinaturas, e ele lograra deitar a mão a uma, furtivamente e com alguma dificuldade, pela simples razão de sentir que o belo papel creme merecia que nele se escrevesse com um aparo verdadeiro, em vez de ser arranhado pelo lápis-tinta. Em boa verdade, não estava habituado a escrever à mão. Exceto um ou outro recado mais breve, o costume era ditar tudo ao falascreve, o que, como é lógico, se tornava impossível no caso presente. Molhou a caneta na tinta e hesitou por segundos. Um tremor percorreu-lhe as entranhas. Deixar a sua marca no papel representava a ação decisiva. Numa letra miúda e desajeitada, escreveu:

4 de abril de 1984.

Recostou-se na cadeira. Abatera-se sobre ele uma sensação de completa impotência. Para começar, não sabia se o ano era mesmo 1984. Devia andar por aí, pois estava convencido de que tinha trinta e nove anos, e acreditava ter nascido em 1944 ou 1945; mas nos tempos que corriam não era possível fixar-se uma data sem incorrer numa margem de erro de um ou dois anos.

De súbito, assaltou-o uma dúvida. Para quem se propunha escrever aquele diário? Para o futuro, para os que não tinham nascido. Por instantes, a sua mente deteve-se na data duvidosa

inscrita na página, e, sem conseguir evitar um sobressalto, esbarrou bruscamente na palavra *duplopensar* em novilíngua. Pela primeira vez, foi confrontado com a magnitude daquilo que empreendera. Como poderia alguém comunicar com o futuro? Era impossível, pela própria natureza. Ou o futuro seria parecido com o presente, e nesse caso não lhe daria ouvidos, ou seria diferente, e o dilema de Winston não teria então qualquer sentido.

Ficou um bom bocado a olhar estupidamente para o papel. O telecrã emitia uma música militar estridente. Por estranho que parecesse, dava a ideia de que ele não perdera a capacidade de se exprimir como se lhe varrera o que tencionava dizer. Andava há semanas a preparar-se para aquela ocasião, e nunca lhe passara pela cabeça que precisasse de algo mais do que coragem. A escrita, em si, anunciava-se fácil. Só tinha de transpor para o papel o interminável e incessante monólogo que há anos ecoava, literalmente, na sua cabeça. Naquele momento, porém, até o monólogo emudecera. Além disso, a úlcera varicosa dava-lhe uma comichão insuportável. Não se atrevia a coçá-la, pois quando o fazia ficava logo inflamada. Os segundos passavam. De nada tinha consciência exceto da brancura do papel à sua frente, do prurido na pele acima do tornozelo, do chinfrim da música e de uma ligeira embriaguez provocada pelo gim.

Dominado pelo puro pânico, pôs-se a escrever, mal tendo noção do que transpunha para o papel. A letra miúda e infantil traçava linhas tortas para cima e para baixo, abandonando primeiro as maiúsculas e, por fim, até os pontos finais:

4 de abril de 1984. Ontem à noite ao cinema. Tudo fitas de guerra. Uma muito boa de um navio cheio de refugiados bombardeado em parte incerta no Mediterrâneo. Público muito divertido com cenas de um homenzarrão

gordo tentando fugir a nado perguido por um helicóptero. primeiro via-se ele a sulcar as salsas ondas como um golfinho, surgia através da mira das metralhadoras do helicóptero, depois ficava cravado de buracos e o mar em redor adquiria uma tonalidade rosada e de repente afundava-se como se os furos tivessem deixado entrar água. o público rompeu em gargalhadas quando se afundou. a seguir aparecia um salva-vidas cheio de crianças com um helicóptero a sobrevoá-lo. havia uma mulher de meia-idade judia, quem sabe?, sentada à proa com um rapazinho dos seus três anos nos braços. o rapazinho gritava de medo e escondia a cabeça entre os seios dela como se quisesse refugiar-se aí e a mulher punha os braços em torno dele e consolava-o apesar de estar igualmente roxa de medo, sempre a resguardá-lo o mais possível como se julgasse que os braços podiam protegê-lo das balas. o helicóptero largou então uma bomba de 20 quilos em cima deles clarão espantoso e o barco ficou feito em fanicos. depois um plano prodigioso; de um braço de criança sempre sempre sempre a subir um helicóptero com a câmara deve tê-lo seguido até lá acima e registou-se um forte aplauso na bancada do partido, mas uma mulher no setor dos proles começou a armar confusão e a gritar que não deviam exhibir imagens assim com miúdos na sala não havia direito à frente de crianças não estava certo e por aí fora até que a polícia a pôs na rua não creio que lhe tenha acontecido alguma coisa ninguém se importa com o que os proles dizem reação típica de proles eles nunca...

Winston parou de escrever, em parte por sentir câibras na mão. Não sabia o que o levava a soltar aquele chorrilho de disparates. No entanto, ao fazê-lo, uma recordação inteiramente diferente ganhara outra nitidez no seu espírito, a ponto de quase se sentir tentado a narrá-la. Compreendia agora que fora

por causa do outro incidente que decidira regressar a casa de supetão e sem falta dar início ao diário nesse dia.

Acontecera naquela manhã no Ministério, se é que se pode dizer isso de uma coisa tão nebulosa.

Eram quase onze horas e, no Departamento de Arquivo, onde Winston trabalhava, já andavam a arrastar as cadeiras para fora dos cubículos e a arrumá-las no centro do salão, diante do grande telecrã, a postos para os Dois Minutos de Ódio. Preparava-se Winston para ocupar o seu lugar numa das filas do meio quando entraram inesperadamente na sala duas pessoas que conhecia de vista, mas com as quais nunca falara. Uma delas era uma rapariga com quem se cruzava muitas vezes nos corredores. Desconhecia o nome dela, mas sabia que trabalhava no Departamento de Ficção. Possivelmente — já a vira de chave inglesa nas mãos sujas de óleo — prestaria assistência mecânica junto de uma das máquinas de escrever romances. Tratava-se de uma jovem com ar atrevido, que teria cerca de vinte e sete anos, com cabelo negro e espesso, rosto sardento e movimentos rápidos, atléticos. Usava uma estreita faixa vermelha, insígnia da Liga Juvenil Antissexo, à volta da cintura, apertada o suficiente para realçar a curva harmoniosa das ancas. Winston antipatizava com ela desde a primeira hora. E sabia porquê. Tinha que ver com a atmosfera de campos de hóquei, banhos de chuveiro frios, caminhadas em grupo e espírito impoluto que a dita-cuja inspirava à sua volta. Antipatizava com todas as mulheres, em particular com as jovens e bonitas. Eram invariavelmente as mulheres, sobretudo as raparigas, as militantes mais fervorosas do Partido, as devoradoras de palavras de ordem, as espias amadoras e de nariz no ar a farejar heterodoxias. Aquela jovem, em particular, dava-lhe a impressão de ser a mais perigosa. Numa das ocasiões em que se tinham cruzado no corredor, lançara-lhe um rápido olhar de esguelha

que parecia tê-lo trespassado e, por instantes, o enchera de puro terror. Passara-lhe até pela cabeça que pertencia à Polícia do Pensamento. Em boa verdade, era pouco provável. Isso não impedia que continuasse a sentir um estranho mal-estar, em que se misturavam medo e hostilidade, sempre que a via por perto.

A outra pessoa era um homem chamado O'Brien, membro do Comité Interno e detentor de um posto tão importante e remoto que Winston possuía apenas uma vaguíssima ideia da sua natureza. Ao verem aproximar-se o fato-macaco preto envergado por um membro do Comité Interno, um murmúrio percorreu momentaneamente o grupo reunido à volta das cadeiras. O'Brien era um indivíduo corpulento, robusto, de pescoço taurino e feições grosseiras, bem-disposto e brutal. Apesar da temível aparência, podia dizer-se que possuía maneiras distintas. O tique de ajustar os óculos no nariz tinha, curiosamente — de um modo indefinível —, o condão de desarmar os demais, parecendo curiosamente civilizado. Era um gesto que, se alguém ainda pensasse nesses termos, poderia lembrar um fidalgo do século XVIII oferecendo a terceiros a caixinha de rapé. Na melhor das hipóteses, Winston vira O'Brien uma dezena de vezes em outros tantos anos. O sujeito atraía-o profundamente, e não apenas por se sentir intrigado pelo contraste entre o civismo de O'Brien e o seu físico de pugilista. Essa atração resultava muito mais de uma crença secreta — ou talvez não chegasse a ser uma convicção, antes mera esperança — de que a ortodoxia política de O'Brien estava longe de ser perfeita. Havia na sua fisionomia algo que o sugeria de forma irresistível. Ou, ainda, talvez não fosse heterodoxia o que estava estampado no seu rosto, mas tão-só inteligência. Isto para dizer que tinha o aspeto de ser uma pessoa com quem se podia chegar à fala, caso fosse possível iludir o telecrã e encontrá-lo a sós. Winston nunca se esforçara minimamente por confirmar semelhante

conjetura; na realidade, não havia maneira de o fazer. O'Brien consultou o relógio de pulso, constatou que eram quase onze horas, e tomou a decisão óbvia de ficar no Departamento de Arquivo até terminarem os Dois Minutos de Ódio. Sentou-se na mesma fila que Winston, a dois lugares de distância. Entre eles encontrava-se uma mulher baixinha com o cabelo cor de palha, que trabalhava no cubículo contíguo. A rapariga de cabelo escuro ocupou uma cadeira mesmo atrás.

No segundo seguinte, do enorme telecrã no extremo oposto da sala, irrompeu um discurso medonho, uma espécie de grito estridente, lembrando o guincho emitido por uma monstruosa máquina mal oleada. Era um barulho de fazer ranger os dentes e arrepiar os cabelos da nuca. Tinha começado o ódio.

Fatal como o destino, o rosto de Emmanuel Goldstein, o Inimigo do Povo, surgira no ecrã. Aqui e ali, ouviram-se assobios do público. A mulherzinha do cabelo cor de palha soltou um uivo em que se confundiam o medo e a repugnância. Goldstein era o renegado e traidor que, em tempos, muitos anos antes (ao certo quantos, ninguém se lembrava), se revelara uma das figuras de proa do Partido, quase ao nível do próprio Grande Irmão, envolvendo-se depois em atividades contrarrevolucionárias, sendo por isso condenado à morte, da qual escapara após desaparecer misteriosamente. O programa dos Dois Minutos de Ódio variava de dia para dia, sem que Goldstein deixasse de ser a personagem central. Era ele o traidor original, o primeiro a corromper a pureza do Partido. Todos os posteriores crimes contra o Partido, todas as traições, todos os atos de sabotagem, heresias, desvios, resultavam diretamente dos seus ensinamentos. Continuava vivo, em parte incerta, arquitetando conspiração atrás de conspiração: porventura além-mar, sob a proteção dos seus patronos estrangeiros, podendo até — a

acreditar em rumores que circulavam a intervalos regulares — ter-se refugiado nalgum esconderijo na Oceânia.

Winston sentiu o diafragma contrair-se. Nunca conseguia ver a cara de Goldstein sem uma dolorosa mistura de emoções. Era um rosto judaico, magro, com a grande auréola esgrouviada de cabelo branco e uma pequena barbicha — um rosto arguto, ainda que, de algum modo, intrinsecamente desprezível, com laivos de tolice senil no nariz comprido e fino em cuja extremidade se equilibravam os óculos. Dir-se-ia o focinho de um carneiro, e a própria voz lembrava um balido. Goldstein lançava o habitual ataque traiçoeiro às doutrinas do Partido — um ataque tão exagerado e perverso que até uma criança poderia refutá-lo, e, no entanto, plausível o suficiente para lançar o alarme, pelo receio de que outras pessoas, menos dotadas de bom senso, pudessem deixar-se ir na cantiga. Insultava o Grande Irmão, denunciava a ditadura do Partido, exigia a conclusão imediata da paz com a Eurásia, advogava a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa, a liberdade de reunião, a liberdade de pensamento, gritava histericamente que a revolução fora traída — tudo isto numa linguagem rápida, polissilábica, que constituía de certa forma uma paródia do estilo habitual dos oradores do Partido, contendo inclusivamente palavras em novilíngua: mais, com efeito, do que qualquer membro do Partido usaria na vida quotidiana. E durante todo o tempo, para que não persistissem dúvidas quanto à realidade oculta pelo palavreado especioso de Goldstein, marchavam por trás da sua cabeça, no telecrã, intermináveis colunas do exército eurasiático — fileira após fileira de homens de aspeto sólido com inexpressivos rostos asiáticos, que avançavam até à superfície do ecrã e desapareciam, sendo substituídos por outros idênticos. O ritmo cavo e monocórdico das botas dos soldados servia de fundo sonoro aos balidos emitidos por Goldstein.